



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 502 Sul, Avenida Joaquim Teotônio Segurado - Bairro Plano Diretor Sul - CEP 77021-654 - Palmas - TO - www.defensoria.to.def.br

## TERMO DE COOPERAÇÃO

**Processo Eletrônico - SEI n. 20.0.000000622-0**

**Termo de Cooperação Técnica nº 004/2020.**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, COM A FINALIDADE DE CESSÃO RECÍPROCA DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA E DEMAIS AÇÕES DE MELHORIAS ENTRE AS INSTITUIÇÕES.**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede Administrativa na Quadra 502 Sul, Avenida Teotônio Segurado, S/N, Plano Diretor Sul, CEP. 77.020.002, contato (63) 3218-2339, Palmas/TO, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.248.660/0001-35, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral, **FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador do RG. nº 5092658 e do CPF/MF nº. 821.910.421-04, residente e domiciliado nesta Capital, nomeado pelo Ato nº 1.643 – NM de 21 de novembro de 2018, publicado no DOE 5.241 de 21/11/2018, doravante denominada simplesmente de **DPE-TO**, e a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.950.733/0001-39, com endereço na Rua Mateus Leme, 1908 - Centro - 80530-010 - Curitiba - PR, Telefone: (41)3313-7300 / 7329, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral, **EDUARDO PIAO ORTIZ ABRAÃO**, brasileiro, portador do RG nº 225097424, inscrito no CPF sob o nº 251.308.828-06, residente e domiciliado em Curitiba, Capital do Paraná, nomeação publicada no Diário Oficial do Estado nº 10512, de 02 de setembro de 2019, página 17, daqui por diante designada simplesmente **DPE-PR**, celebram o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições neste ato estabelecidas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente Termo de Cooperação Técnica, entre a DPE-TO e DPE-PR, que visa o compartilhamento de conhecimentos e à transferência de tecnologias, mediante a disponibilização de sistemas informatizados desenvolvidos pelas PARTES, bem como dos conhecimentos utilizados na sua



construção e desenvolvimento, capacitação de técnicos, intercâmbio de informações, estudos e pesquisas de assuntos de interesse comum.

**1.1.** É vedada a transmissão parcial ou total dos sistemas compartilhados a outra pessoa física ou jurídica sem anuência das PARTES, observadas as disposições de propriedade intelectual, bem como da Lei nº 8.666/1993, os aspectos relacionados à segurança da informação e demais dispositivos que visem evitar o uso e a apropriação indevida do sistema por empresa contratada.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

**2.1.** As PARTES se responsabilizam reciprocamente nos termos adiante:

- a) disponibilizar as PARTES todos seus sistemas de informática, na sua versão mais atualizada.
- b) disponibilizar as PARTES os códigos-fonte dos Programas, inclusive os referentes ao fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinente à tecnologia de concepção, manutenção e atualizações;
- c) os códigos-fonte dos Programas somente serão disponibilizados após a comprovação da capacidade técnica do sistema pelas PARTES, com o seu pleno funcionamento;
- d) informar as PARTES as falhas detectadas no sistema e lhe ceder as correções;
- e) futuros aperfeiçoamentos e novas funcionalidades desenvolvidas pelas PARTES podem ser cedidos nos mesmos termos da cessão do sistema;
- f) zelar pelo uso adequado do programa comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes compete exercer, não podendo transferi-los a terceiros, a título oneroso ou gratuito, sob pena de extinção imediata deste instrumento, bem como de responsabilização por danos porventura ocorridos.

**2.2.** Não se incluem no presente Termo de Cooperação Técnica equipamentos ou licenças de softwares de terceiros eventualmente necessários para a utilização dos SISTEMAS CEDIDOS através deste Termo.

**2.3.** A disponibilização de sistemas cedidos por outros órgãos, só poderão ser disponibilizados mediante a autorização do órgão detentor destes sistemas.

**2.4.** Eventualmente, em caso de necessidade, efetuar apoio técnico, à distância ou presencial, com os custos de passagens e diárias para a defensoria solicitante do sistema, na fase de implantação e manutenção do referido sistema.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA DPE-PR**

**3.1. Cabe a DPE-PR:**

- a) disponibilizar infraestrutura tecnológica necessária para a viabilidade do objeto deste termo, realizando às suas expensas, a implantação e as manutenções que forem necessárias;
- b) zelar pelo uso adequado do programa comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes compete exercer, não podendo transferi-los a terceiros, a título oneroso ou gratuito, sob pena de extinção imediata deste instrumento, bem como de responsabilização por danos porventura ocorridos;
- c) apurar o fato, no caso de uso indevido do programa, com vistas à eventual responsabilização administrativa e criminal;
- d) manter o nome dos sistemas que foram cedidos, podendo em seguida ser usada a indicação do órgão;



- e) integrar os sistemas cedidos com os softwares que utiliza;
- f) informar à DPE-TO as falhas detectadas no sistema e lhe ceder as correções;
- g) futuros sistemas, aperfeiçoamentos e novas funcionalidades desenvolvidas pela DPE-PR podem ser cedidos à DPE-TO, nos mesmos termos da cessão do sistema.
- h) manter os sistemas que foram cedidos atualizados em sua última versão, logo após a disponibilização das atualizações;
- i) promover capacitações a todos os usuários dos sistemas com a ajuda da DPE-TO, para um melhor aproveitamento dos sistemas cedidos.

**3.2.** Ao promover a divulgação do sistema, sempre deverá ser utilizado o logotipo dos sistemas que foram cedidos e a expressão "criado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins".

## CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DA DPE-TO

### 4.1. Cabe a DPE-TO:

- a) disponibilizar infraestrutura tecnológica necessária para a viabilidade do objeto deste termo, realizando às suas expensas, a implantação e as manutenções que forem necessárias;
- b) zelar pelo uso adequado do programa comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes compete exercer, não podendo transferi-los a terceiros, a título oneroso ou gratuito, sob pena de extinção imediata deste instrumento, bem como de responsabilização por danos porventura ocorridos;
- c) apurar o fato, no caso de uso indevido do programa, com vistas à eventual responsabilização administrativa e criminal;
- d) manter o nome dos sistemas que foram ou serão cedidos, podendo em seguida ser usada a indicação do órgão;
- e) integrar os sistemas que foram ou serão cedidos com os softwares que utiliza;
- f) informar à DPE-PR as falhas detectadas no sistema e lhe ceder as correções;
- g) futuros sistemas, aperfeiçoamentos e novas funcionalidades desenvolvidas pela DPE-TO podem ser cedidos à DPE-PR, nos mesmos termos da cessão do sistema.
- h) eventualmente, em caso de necessidade, efetuar apoio técnico, à distância ou presencial, com os custos de passagens e diárias para a DPE-PR, na fase de implantação e manutenção do referido sistema.
- i) manter os sistemas que foram cedidos atualizados em sua última versão, logo após a disponibilização das atualizações;
- j) promover capacitações a todos os usuários dos sistemas com a ajuda da DPE-PR, para um melhor aproveitamento dos sistemas cedidos.

**4.2.** Ao promover a divulgação do sistema, sempre deverá ser utilizado o logotipo dos sistemas que foram cedidos e a expressão "criado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins".

## CLÁUSULA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

**5.** O descumprimento das obrigações previstas no presente instrumento será comunicado pela parte prejudicada à outra mediante notificação por escrito, a fim de que seja providenciada a sua regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



## **CLÁUSULA SEXTA – DOS SERVIDORES GESTORES**

6. Os servidores indicados pelos partícipes para atuar como gestores na execução de atividades decorrentes deste Termo de Cooperação manterão os vínculos jurídicos exclusivamente com as respectivas entidades de origem.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

7. O presente Termo terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses e entrará em vigor na data da sua assinatura, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

8. O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

## **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9. Este instrumento não acarretará despesas para qualquer das partes, não necessitando, portanto, de indicação de dotação orçamentária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

10. De conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, combinado com o artigo 116, ambos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a partes providenciarão a publicação do extrato deste termo no Diário Oficial de seus respectivos Estados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11. Este Termo poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, desde que haja manifestação expressa das partes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12. Os casos omissos relativos ao desenvolvimento desta Cooperação serão submetidos à apreciação das partes para solução em comum.

12.1. O disposto neste Termo somente poderá ser alterado ou emendado por intermédio de termos aditivos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13. Para dirimir eventuais questões oriundas do presente termo, elegem as partes o Foro da Comarca de Palmas/TO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ASSINATURA**

14. E assim, por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo de Cooperação Técnica, o qual será assinado eletronicamente nos termos da Lei 11.419/2006, pelos

representantes das partes Cooperadas, através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.



Palmas – TO, 14 de maio de 2020.

|   |  |
|---|--|
| <b>FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS</b>              | <b>EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO</b>           |
| Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins | Defensor Público-Geral do Estado do Paraná |



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO**, Usuário Externo, em 15/05/2020, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.defensoria.to.def.br/sei/verifica.php> informando o código verificador **0471909** e o código CRC **F67A3A9F**.

20.0.000000622-0

0471909v27

Documento: **TermodeCooperacaoDPETOcessaoreciprocaadesistemasdeinformaticaassinadoeletronicamenteSEI.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Eduardo Piao Ortiz Abraao** em 15/05/2020 13:37.

Inserido ao protocolo **16.532.010-7** por: **Eleonora Laurindo de Souza Netto** em: 15/05/2020 13:37.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do>** com o código:  
**b1491aa43144bf504038e421b9526b64.**